

Aviso (extrato) n.º 10449/2016

Torna-se público que, o procedimento concursal simplificado aberto através do Aviso n.º 5669-A/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 84 — 2 de maio de 2016, para recrutamento de trabalhadores médicos com vista à celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, para o preenchimento de 2 postos de trabalho da Carreira Médica da área Ginecologia/Obstetrícia conforme a sua Referência E4, aberto em cumprimento do Despacho n.º 5767-B/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, 2.º suplemento, de 28 de abril, em conjugação com o Despacho n.º 4827-A/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, 2.º Suplemento, de 8 de maio, alterado pelo Despacho n.º 11752 -A/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 20 de outubro, ficou deserto por desistência dos candidatos.

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis*.

209807565

Aviso (extrato) n.º 10450/2016

Torna-se público que, o procedimento concursal simplificado aberto através do Aviso n.º 5669-A/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 84, 2 de maio de 2016, para recrutamento de trabalhadores médicos com vista à celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, para o preenchimento de 1 posto de trabalho da Carreira Médica da área Oftalmologia conforme a sua Referência E9, aberto em cumprimento do Despacho n.º 5767-B/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, 2.º suplemento, de 28 de abril, em conjugação com o Despacho n.º 4827-A/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, 2.º Suplemento, de 8 de maio, alterado pelo Despacho n.º 11752 -A/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 20 de outubro, ficou deserto por desistência dos candidatos.

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis*.

209807613

Aviso (extrato) n.º 10451/2016

Nos termos do n.º 5 da cláusula 26.º do Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para postos de trabalho da carreira médica no âmbito das entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, foi por despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo, Dr. João Moura Reis, datado de 03 de agosto de 2016, homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento de recrutamento simplificado destinado ao preenchimento de 3 postos de trabalho para a categoria de assistente hospitalar, da área Medicina Interna, aberto através do Aviso n.º 5669-A/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 84, 2 de maio de 2016:

Classificação

1.º Dília Maria Rodrigues Valente 19,28 valores
2.º Iryna Lazenko 16,76 valores

A presente lista encontra-se disponível para consulta na página eletrónica desta ARS Algarve, IP, (www.arsalgarve.min-saude.pt).

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis*.

209807605

Aviso (extrato) n.º 10452/2016

Por despacho de 3 de agosto de 2016 do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., Dr. João Moura Reis, e nos termos do disposto no artigo 46.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se concluído com sucesso o período experimental realizado por Marta Alexandra Anastácio Arcanjo, que com a Administração Regional de Saúde do Algarve, IP celebrou contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto procedente de procedimento concursal, para o desempenho de funções de Técnico Superior na área de Psicologia no Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, com a avaliação final de 19,22 valores.

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis.

209807532

Aviso (extrato) n.º 10453/2016

Por despacho de 3 de agosto de 2016 do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., Dr. João Moura Reis, e nos termos do disposto no artigo 46.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se concluído com sucesso o período experimental realizado por Maria da Conceição Machado Viegas, que com a Administração Regional de Saúde do Algarve, IP celebrou contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto procedente de procedimento concursal, para o desempenho de funções de Assistente Operacional no Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, com a avaliação final de 14,90 valores.

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis*.

209807484

Aviso (extrato) n.º 10454/2016

Por despacho de 3 de agosto de 2016 do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., Dr. João Moura Reis, e nos termos do disposto no artigo 46.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se concluído com sucesso o período experimental realizado por Aida Regina Jesus Silva, que com a Administração Regional de Saúde do Algarve, IP celebrou contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto procedente de procedimento concursal, para o desempenho de funções de Enfermeiro no Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, com a avaliação final de 16,15 valores.

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis*.

209807387

Aviso (extrato) n.º 10455/2016

Nos termos do n.º 5 da cláusula 26.º do Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para postos de trabalho da carreira médica no âmbito das entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, foi por despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo, Dr. João Moura Reis, datado de 03 de agosto de 2016, homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento de recrutamento simplificado destinado ao preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de assistente hospitalar, da área Psiquiatria, aberto através do Aviso n.º 5669-A/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, 2 de maio de 2016:

Nome	Classificação
1.º Hugo André Alves Bastos	19,68 valores
2.º Albino Jorge Carvalho de Sousa Oliveira Maia ...	19,12 valores

A presente lista encontra-se disponível para consulta na página eletrónica desta ARS Algarve, IP, (www.arsalgarve.min-saude.pt).

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis*.

209807638

Direção-Geral da Saúde**Despacho n.º 10566/2016**

Nos termos do disposto no artigo 45.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), o período experimental corresponde ao tempo inicial de execução do contrato e destina-se a comprovar se o trabalhador possui as competências exigidas pelo posto de trabalho que vai ocupar.

A técnica superior, Telma Maria Monteiro Gaspar Dias, ficou a única candidata aprovada na lista de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de gestão financeira e de projetos) para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, aberto pelo Aviso n.º 9402/2015, publicado no *Diário da República*, n.º 164, de 24 de agosto de 2015, e na BEP com o n.º OE201508/0326 de 24 de agosto de 2015, que foi homologada por meu despacho de 18 de janeiro de 2016, e publicada

no aviso n.º 1406/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25 de 5 de fevereiro de 2016, iniciando funções na Direção-Geral da Saúde no dia 1 de fevereiro de 2016, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Por força do disposto no artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, durante o período experimental o trabalhador é acompanhado por um júri especialmente constituído para o efeito, ao qual compete a recolha de elementos relevantes, a avaliação do relatório do trabalhador, e a sua avaliação final.

Nestes termos, designo o júri responsável pelo acompanhamento e a avaliação final da técnica superior, Telma Maria Monteiro Gaspar Dias, durante o período experimental, iniciado em 1 de fevereiro de 2016 e com a duração de 180 dias:

Presidente:

Belmira Maria da Silva Rodrigues, Chefe da Divisão de Apoio à Gestão;

Vogais:

Luis Filipe Pedreiro Ferreira, Técnico Superior Economista da Divisão de Apoio à Gestão;

Sara Maria Calado da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Apoio à Gestão.

11 de fevereiro de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209809703

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Aviso n.º 10456/2016

Procedimento concursal comum, para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira de Técnico Superior, para área de Recursos Humanos — Referência TS-DGRH 11/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e nos artigos 33.º a 38.º todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que por deliberação do Conselho Diretivo de 10 de agosto de 2016 encontra-se aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), para o preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Superior, pertencente à carreira geral com a mesma designação, na área de recursos humanos, previstos no seu mapa de pessoal, para o exercício de funções na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria.

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1, 5 e 6 do artigo 265.º da LTFP e no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que, em 25 de julho de 2016, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação com o perfil em causa.

1 — Legislação Aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril; Despacho (extrato) n.º 11321/2009, de 8 de maio. As referências que, doravante, sejam feitas à Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro devem entender-se como realizadas à sua versão atual.

2 — Publicitação: O presente aviso será publicitado na BEP (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica do INEM, I. P., (www.inem.pt) e por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

3 — Caracterização Geral do Posto de Trabalho: Funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão, com grau de complexidade 3. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica,

ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretrizes ou orientações superiores.

4 — Caracterização Específica do Posto de Trabalho: Executar funções, entre outros, nos seguintes âmbitos:

- i) Conceber, desenvolver e executar programas, projetos, estudos na área de gestão e planeamento dos recursos humanos;
- ii) Gerir e acompanhar processos de recolha, tratamento, análise e interpretação de dados;
- iii) Elaborar estatísticas e relatórios;
- iv) Desenvolver sistemas de indicadores sobre recursos humanos para suporte à decisão;
- v) Desenvolver instrumentos de planeamento de RH que permitam o diagnóstico de necessidades e identificação de soluções;
- vi) Elaborar pareceres sobre as matérias da sua competência;
- vii) Elaboração de mapas e relatórios a remeter a outras entidades;
- viii) Processamento de vencimentos;
- ix) Gestão administrativa de recursos humanos;
- x) Organizar, classificar e interpretar dados sobre recursos humanos.

5 — Perfil de Competências: Os candidatos deverão preferencialmente ser detentores de Licenciatura em Gestão e Administração Pública, Gestão ou Estatística, ou outro curso que confira o grau de licenciatura na área da gestão, recursos humanos ou das matemáticas, com experiência profissional comprovada, preferencialmente na área da saúde, detendo: conhecimentos de informática na ótica do utilizador, designadamente Word, Excel, Access, PowerPoint, Internet e Microsoft Outlook e na aplicação RHV-SAG; conhecimentos na recolha, tratamento, análise e interpretação de dados; capacidade de gestão administrativa de recursos humanos; capacidade de análise crítica, autonomia e iniciativa em propostas de melhoria e gestão administrativa de recursos humanos. Os candidatos deverão ainda possuir uma forte orientação para resultados, responsabilidade e compromisso com o serviço, capacidade de trabalho em equipa e cooperação, bem como uma forte capacidade de análise e sentido crítico e para integrar equipas de trabalho multidisciplinares.

6 — Local de Trabalho: Departamento de Gestão de Recursos Humanos do INEM, IP, sito, na Rua Almirante Barroso, n.º 36 1000-013 Lisboa (Sede).

7 — Requisitos de Admissão: Poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os trabalhadores que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;
- b) Licenciatura em Gestão e Administração Pública, Gestão ou Estatística, ou outro curso que confira o grau de licenciatura na área da gestão, recursos humanos ou das matemáticas, não sendo admitida a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional;
- c) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- d) 18 anos de idade completos;
- e) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- f) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- g) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Não poderão ser admitidos ao presente concurso os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados em carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do INEM, I. P., idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

8 — Formalização das Candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas:

Mediante o preenchimento do formulário de candidatura que se encontra disponível na página eletrónica do INEM, I. P. (www.inem.pt) a entregar pessoalmente, em envelope fechado, com a Ref.º TS-DGRH 11/2016, na Rua Almirante Barroso 2.º Andar n.º 36 1000-013 Lisboa, ou a remeter por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao último dia do prazo fixado, em envelope fechado, para a mesma morada e com a mesma indicação no envelope, acompanhado dos documentos referidos em 9.

9 — Documentos: Os formulários de candidatura devem ser acompanhados, dos seguintes documentos:

a) Obrigatórios, sob pena de exclusão:

i) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, dele devendo constar, para além de outros elementos julgados necessários, as habilitações literárias, as funções e atividades que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades rele-